



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 20/2015

----- Aos trinta dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas quinze horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antes de entrar na ordem de trabalhos da reunião a Presidente da Câmara informou que dado a extensão da mesma e considerando que alguns dos pontos não foram disponibilizados com a antecedência das quarenta e oito horas, se houver necessidade, os trabalhos serão interrompidos para análise e esclarecimento dos assuntos a tratar. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 17//2015 referente à reunião ordinária de 11 de setembro . -----

----- Aprovada a ata n.º 17/2015 por unanimidade dos presentes com direito de voto (6 votos a favor), não participando na votação, por não ter estado presente na reunião em causa, o Vereador Carlos Fernando Frazão Correia. -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 18//2015 referente à reunião ordinária de 21 de setembro . -----

----- Aprovada a ata n.º 18/2015 por unanimidade dos presentes com direito de voto (6 votos a favor), não participando na votação, por não ter estado presente na reunião em causa, o Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Duzentos e doze mil, duzentos e noventa e oito euros e

oitenta cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e dezassete cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- ACES LEZÍRIA – MONITORIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DAS USF -----

----- ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA. – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNÍCIPIO DE RIO MAIOR – 1º SEMESTRE 2015 -----

----- DIPLOMA RELATIVO À INSTITUIÇÃO DA REDE NACIONAL DE CENTROS DE ALTO RENDIMENTO -----

----- MUNICÍPIO DE BENAVENTE - AGRADECIMENTO -----

----- TURISMO DO ALENTEJO, ERT – INFORMAÇÃO SOBRE CORTE ÀS ERT'S – ORÇAMENTO DE ESTADO -----

----- ANÁLISE COMPARATIVA – CINEMA 2014/2015 -----

----- ROTARY CLUBE DE RIO MAIOR – CONVITE PARA O DIA 12 DE NOVEMBRO – JANTAR NO RESTAURANTE GATO PRETO – VISITA OFICIAL DO GOVERNADOR DO DISTRITO 1960 – MIGUEL REAL MENDES -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por agradecer o contacto feito relativamente ao atraso verificado na disponibilização dos documentos, mas de facto as quarenta e oito horas não foram respeitadas em muitos dos pontos, nomeadamente quanto a um dos pontos que considerava mais sensível, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, pelo que solicitava que o mesmo fosse agendado para uma próxima reunião.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 e o Mapa de Pessoal, tinham de ser enviados à Assembleia Municipal ainda no final da reunião, daí ter informado da disponibilidade para todos os esclarecimentos que considerassem necessários.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Referiu que também queria solicitar o adiamento da votação da alteração à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal porque sendo a espinha dorsal de todo o seu funcionamento e sendo uma decisão que tem de ser ponderada, independentemente

de ter lido tudo com atenção, tem uma série de interrogações a fazer, dúvidas também sobre a participação dos próprios funcionários neste processo, o que considerava fundamental e não tivera reflexo, nos documentos recebidos, desse trabalho. Trata-se de um documento que gostaria de analisar devidamente, de trocar impressões, para poder decidir em consciência. Se tiver de ser decidido na reunião a decorrer e agradeceu a disponibilidade demonstrada para os esclarecimentos complementares necessários, mas não sabia se ficava em condições de votar o assunto.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a reestruturação não é feita a pensar nas pessoas, mas no bom funcionamento do serviço. Disse também que já foram feitas outras alterações, recordando que, quando assumira funções a estrutura existente com catorze unidades, na altura também houve algumas dúvidas, e o facto de existirem muitas chefias intermédias não significa que os serviços funcionem melhor. O que se pretende com a presente reestruturação é atribuir mais competências no âmbito da coordenação de cada uma das áreas.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre a alteração à Estrutura Orgânica da CMRM considerou ser extemporâneo falar da mesma neste momento, dado estar agendada na Ordem de Trabalhos, sendo a sua discussão feita em tempo oportuno.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Congratulou-se com o facto de Rio Maior ter um centro de alto rendimento vocacionado para a natação considerava ser um orgulho assim como representava a afirmação de Rio Maior, enquanto cidade do desporto, integrando a Escola Superior de Desporto, o Centro de Alto Rendimento e o Centro de Estágios, parabéns por se estar a desenvolver este caminho e a expandi-lo cada vez mais, com bons resultados a nível nacional e internacional.-----

----- Sobre o cinema manifestou satisfação pelo investimento feito sendo, na sua opinião um bom indício daquilo que poderá ser o futuro, que é a prática cultural do nosso município com a interligação entre o cinema, a música e o teatro, pois considerava haver um caminho ainda a percorrer em Rio Maior, esperando que se chegue a um renascimento do Cineclube de Rio Maior, algo que foi pioneiro na altura e que Câmara poderá sempre incentivar alguém para dinamizar esta estrutura.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Questionou o ponto da situação da E.N.114, sobre a colocação de médicos no Concelho de Rio Maior e da resposta do Governo face aos pedidos do Grupo

Parlamentar do PSD na Assembleia da República, quanto à recuperação do espaço do Centro de Saúde e aos montantes a transferir para as unidades móveis de saúde. Reportou-se a um jantar de natal no dia 5 de dezembro, com a presença de Jerónimo de Sousa em Rio Maior, no Pavilhão da Feira e deixou o agradecimento pela cedência do espaço. Salientou o que considerou ser um contributo para a sociedade riomaiorense dar prova pública do seu espaço democrático, da valorização de uma imagem que não querem que volte a ter retorno, no sentido de Rio Maior poder aparecer com outros elementos que não sejam os democráticos e nessa perspetiva, muito valorizam a vinda do Secretário Geral do PCP.-----

----- Quanto aos assuntos para conhecimento disse ser evidente a necessidade das Unidades de Saúde Familiar, a importância das mesmas para a satisfação dos utentes na saúde, impondo-se como imperativo, deste executivo, a exigência, independentemente dos governos que houver, da necessidade de ser criada a segunda unidade de saúde familiar que está prevista na Lei há cerca de seis anos e que ainda não é uma realidade, cuja designação será Unidade de Saúde Familiar dos Moinhos, sendo um dos muitos caminhos possíveis para que o serviço de saúde possa melhorar.-----

----- Salientou também a análise do primeiro semestre relativamente às receitas e despesas de capital e dívida do município, sendo que no primeiro semestre as despesas de capital estão abaixo do previsto, o mesmo acontecendo com as receitas de capital. Sobre as GOP's considerou a taxa apresentada de baixa execução, 38,9, ressaltando que a observação dos técnicos evidencia que o que diziam, de que a economia estava a crescer e em bom estado, não corresponde à verdade, e a CMRM é vítima local das políticas nacionais que tem tradução na receita e a outra grave questão é relativamente aos Fundos Comunitários, pois há um ano que deviam estar desbloqueados, o que ainda não aconteceu, com todas as consequências que tem quer do ponto de vista contabilístico, da Lei dos Compromissos e Lei do Pocal.-----

----- Por último congratulou-se com o Centro de Alto Rendimento de Natação sendo que o novo paradigma, obriga a lutar muito e criar uma outra área de excelência para o desporto. Ver-se-á, posteriormente, em relação à Desmor, a importância de ser liderante e inovador, com capacidade de atração relativamente a estas questões, e, na sua opinião, deverá haver capacidade criadora e imaginação para ter outros centros de alto rendimento, dado que são uma boa plataforma para o desenvolvimento e consolidação do concelho de Rio Maior.-----

----- Também se congratulou com o agradecimento do Município de Benavente pela forma como foram recebidos em Rio Maior, o que é uma mais-valia. Relativamente ao Turismo, lamentou mais um corte de verbas neste setor.-----

----- Aditou que a expressão “puxar para cima” deve ser uma nota da ação política pública, o que significa que há investimentos que valem a pena e o caso do cinema foi um dos exemplos, considerando impressionante como se conseguiu fixar e atrair novos públicos, daí considerarem ser por vezes mais importante, em vez de fazer pequenas coisas, aguardar, para depois ter uma intervenção mais qualificada. Salientou o aumento das receitas e do número de participantes.-----

----- Referiu ter muita estima e consideração pelos trabalhadores da autarquia e não sabia se a maioria alguma vez estivera na oposição, na discussão coletiva, considerando ser muito difícil as condições do exercício democrático que são uma salvaguarda, uma imagem de marca das maiorias e quando fora pedido o adiamento da reunião por oito dias, concordara, mas, e isto não é nada pessoal, mas sim o desgosto de não conseguir estar tão bem preparado quanto gostaria, sendo humanamente impossível, dado tratar-se de uma reunião com trinta e cinco pontos. Aditou que ontem às dezanove horas ainda estavam as trabalhadoras a tratar do quadro de pessoal que é um elemento estruturante do documento. Disse ainda que gostaria que se colocassem no lugar da oposição e que sentissem, que ponto de vista democrático se sentia constrangido a esse exercício.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por subscrever as palavras do vereador Augusto Figueiredo quanto à extensão da Ordem de Trabalhos e ao facto de gostarem de participar e darem contributos na discussão dos documentos apresentados.-----

----- Sobre os assuntos para conhecimento congratulou-se com a informação prestada relativamente ao Centro de Alto Rendimento, recordando os primeiros passos dados em 6 de Novembro de 2007, com o então Secretário de Estado, Dr. Laurentino Dias, foram uma boa opção.-----

----- Também se reportou à informação sobre a situação económica e financeira do município de Rio Maior e opinou que só este documento valaria o agendamento de uma reunião para o analisar, discutir, dar contributos e definir estratégias para que se possa alterar para melhor.-----

----- Manifestou preocupação quanto às transferências de verbas para as Juntas de Freguesia e quanto ao atraso no pagamento a fornecedores.-----

---- Congratulou-se com a informação relativamente ao cineteatro de Rio Maior que sendo uma infraestrutura cultural que na altura fora muito difícil de concretizar, quanto ao financiamento, mas que começa a dar os seus frutos, pelo que estava de parabéns a Vereadora Ana Figueiredo e os respetivos serviços. Frisou a importância que este equipamento tem para o concelho de Rio Maior.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se à evolução que houve no número de sessões, assistências e receita, comparando o sistema analógico existente em 2014 e o sistema digital, inaugurado em 6 de Novembro de 2014, o que prova que a população de Rio Maior gosta e quer ver cinema, mas atual e este só era possível com uma máquina digital. Salientou o trabalho desenvolvido pela equipa do Cineteatro que, muitas vezes durante o fim-de-semana, nomeadamente ao sábado, em que estão previstas duas sessões, verificando-se grande afluência é que os funcionários, por iniciativa própria, ainda fazem uma terceira sessão, o que revela a sua dedicação ao Cineteatro e ao cinema, pelo que deixou o agradecimento aos mesmos.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes -----

----- Começou por dizer que já tivera experiência em termos de “oposição”, mas não iria fazer comparações e salientou que o relacionamento e a amizade existente permitem uma abertura que era impensável na época em que estivera na oposição, são tempos novos, de democracia.-----

----- De seguida salientou o mérito de um jovem riomaiorense que foi premiado pela Escola Superior de Desporto pelo desenvolvimento do projeto “Rio Maior empreende” e que desde o início tem sido acompanhado pelo Centro de Negócios e Inovação, ressaltando a nova vertente do desporto que também é económica, muito forte e que estão criadas as condições para começar a aproveitar a mesma, sendo este já um dos primeiros casos de sucesso.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Reportou-se à Empresa Municipal Desmor estando todos de parabéns pelo trabalho desenvolvido.-----

----- Sobre o processo que envolve a EN 114 informou que ainda não houve qualquer evolução, sendo que as Estradas de Portugal, como todos sabem estão pendentes da Tutela das Obras Públicas.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou o período de resposta às questões levantadas pelos Senhores Vereadores, começando por informar sobre a EN114 que ainda não houvera nenhuma resposta da parte da Estradas de Portugal, desde a reunião realizada no dia nove.-----

----- Sobre as questões da Saúde informou que conseguiram fixar duas médicas no Centro de Saúde de Rio Maior e quanto à formalização Unidade de Saúde Familiar que está prevista, terá que haver um terceiro médico, mas o processo está em curso. -

----- Sobre as obras no Centro de Saúde informou que isso decorria de um objetivo que o Governo tinha no que respeitava a delegação de competências para os municípios, quer das infraestruturas, quer de parte da gestão do equipamento, o que

ainda não se verificou e lembrou que continuava a defender aquela máxima “de quem está próximo consegue fazer melhor, mais barato e com mais rapidez para satisfação da comunidade de utentes do Centro de Saúde.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que a reunião a decorrer tem uma certa carga histórica ao nível da educação, pois o trigésimo quinto ponto relativo ao Protocolo do Ensino Artístico e recordou que na última reunião de Câmara tivera oportunidade de abordar este assunto, pois em Rio Maior nunca abrira uma turma de ensino articulado, congratulando-se com o agendamento do mesmo e informou que não participar na votação, opinando que valia a pena dar este passo para que Rio Maior pudesse iniciar este percurso. Felicitou a Câmara por tomar a esta iniciativa que considera importante para o futuro de Rio Maior.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que, seguramente, o Vereador Augusto Figueiredo, irá dizer mais uma vez, que a Câmara Municipal se está a substituir à Tutela, na área da Educação, salientando que o farão sempre que tenham condições para tal .-----

----- **PONTO I – DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 3 DO ARTIGO 35º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 70/2015 DE 23 DE OUTUBRO – PEDIDO DE CORTE ROTUNDA – MX TOUR INTERNACIONAL – MOTO CLUBE DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 70/2015, de 23-10-2015, exarado pela Sr.ª Presidente, no âmbito do n.º 3 do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual foi autorizada a emissão do título de autorização para efeitos de utilização da via pública, de parte da Rotunda que liga a Rua das Caves Dom Teodósio à Rua Cidade de Cantanhede, com início no dia 24 de outubro de 2015, pelas 09:00 horas e fim no dia 25 do mesmo mês, pelas 19:00 horas condicionada aos pareceres acima referidos, bem como autorizar a isenção do pagamento das taxas devidas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22ª do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelos **Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Carlos Fernando Frazão Correia e Presidente da Câmara**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente este despacho e felicito a Câmara Municipal de Rio Maior

por ter isentado de taxas o Moto Clube de Rio Maior que fez uma atividade, no meu entender, notável, nesta área, no concelho de Rio Maior, dignificando o nome da nossa terra.”-----

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso saiu da Sala de Reuniões) -----

----- **PONTO II – ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2016 DA DESMOR, E.M.S.A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das disposições conjugadas no artigo 42º da lei n.º 50/2012, 31 de agosto e nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 24º e n.º 2 do artigo 28º dos Estatutos da Desmor, E.M., S.A., que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da empresa, seja favorável à aprovação dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2016 apresentados pela empresa bem como à aprovação da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro conjugada com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que quando se fala da Desmor, sempre a entendiam como a menina dos olhos de ouro do Concelho de Rio Maior e como uma estrutura de excecional importância para a alavanca do desenvolvimento concelhio. Congratulou-se com a facilidade com que qualquer iletrado pega neste tipo de documento e percebe como estão os centros de custos, dando a perceção exata da realidade, salientando que numa primeira fase assistiu-se a uma empresa muito dependente do município e nos últimos quatro anos acentuou-se claramente, e agora tende a estabilizar, uma não dependência do município, acima dos trinta por cento, estando-se numa fase dos vinte e nove por cento.-----

----- Seguidamente questionou onde podia encontrar o montante das verbas correspondentes à água consumida pela Desmor.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se à mais-valia que a gestão por objetivos tem vindo a trazer para a eficiência energética, considerando impressionante como é que é possível haver diferenciais tão grandes entre 2010 e 2012 e até ao presente, o que significava que “puxar para cima” irá ser uma das estratégias fundamentais da “nossa” vida coletiva, investir na poupança, mesmo que, tal como na compra da máquina digital, pois apesar de considerarem ser muito dinheiro, resultou e afinal está a resultar. Assim, é estratégico investir na eficiência energética pois paga-se um milhão e quinhentos mil euros de eletricidade, energia elétrica e iluminação pública.

Aditou ainda que, com o finalizar dos jogos olímpicos, verifica-se uma aparente preocupação relativamente às zonas de crescimento, e gostaria que fosse mais explícito, frisando que o Centro de Estágios, atualmente, é uma máquina de fazer a representação de Rio Maior e de fazer dinheiro.-----

----- Questionou ainda quais eram as “outras entidades” referidas na página quarenta.-----

----- Terminou a intervenção afirmando que “estamos a entrar num novo ciclo, mas tem de ser exigido aos governos que paguem aquilo que os riomaiorenses dão aos alunos que andam nas escolas, ou seja que serviço público é que os equipamentos da Desmor fazem pela educação pública nacional, e não tem sido ressarcido nenhuma verba, portando é altura de parar e dizer que as escolas estão a usar um equipamento que já está pago, mas têm que pagar, pois Rio Maior tem que receber dinheiro. Eu quero saber o valor do serviço público que os munícipes de Rio Maior suportam perante o Estado”. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que iria falar do documento de uma forma sintética, referindo seguidamente três aspetos pelos quais o iriam vota favoravelmente.: 1 – “Dado a continuidade do acréscimo de faturação; 2 – A redução da dependência da Câmara Municipal; 3- Com tudo o que está plasmado no documento, a continuidade da implementação de processos e de investimentos internos que permitem a otimização dos recursos e a excelência na prestação dos serviços”.-----

----- Ainda no uso da palavra solicitou para que no próximo orçamento já constasse, devidamente clarificado, os gastos com a água. A Desmor não merece ser sempre chamada a atenção por este pormenor, dado a excelência do trabalho efetuado, o prestígio que tem nacional e internacionalmente e a CMRM que tem tanto orgulho na empresa também tem que ajudar a resolver esta questão.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre a Desmor frisou que esta Empresa Municipal e o seu Centro de Estágios já ultrapassaram fronteiras e estão bem implantados. Salientou ainda que este orçamento espelha bem a plena consciência da viragem que se avizinha, pois revela a preocupação e a necessidade de trabalhar com o intuito de manter ou subir o nível, porque também a Desmor gosta de “puxar para cima”. Deu os parabéns pela informação económica prestada pela Desmor.-----

----- **ADMINISTRADORA DA DESMOR - DIVA COBRA** -----

----- Sobre a questão dos valores da água referiu tratar-se de uma questão que remonta a dois mil e doze e foram retirados do orçamento porque a Lei previa uma forma de quantificação diferente. A partir da Lei 50/2012, deixou de ser quantificado

contabilisticamente, embora seja feita a monitorização do que é gasto e informou que, parte da água é oriunda do furo. Disse também que os serviços da Câmara estão a trabalhar, conjuntamente, com a Desmor, no sentido de solucionar esta questão.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu que a Desmor passou uma fase de crescimento que coincidiu com o ciclo Olímpico passado, tendo já números records de reservas para o ano de dois mil e dezasseis, no entanto tem uma série de contratos que estão afetos às olimpíadas e às instituições, e todas estas são eleitas após o ciclo olímpico, nomeadamente, federações nacionais e internacionais, o que altera tudo aquilo que é a estratégia e as políticas dessas instituições. Deixou o alerta no sentido da empresa ter de se preparar para os próximos tempos. Disse ainda que, até setembro de dois mil e dezasseis a Desmor está praticamente esgotada, em termos de ocupação, algo inédito e resultado do trabalho dos últimos anos.-----

Esclareceu ainda relativamente à página quarenta, que as “outras entidades” referidas fazem parte de um projeto de candidatura do Centro de Negócios e são o “Nersant” e o Politécnico de Santarém e é uma candidatura do Centro de Negócios.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a eficiência energética referiu que o investimento que foi feito pela Desmor, financiado pelo QREN ajudou numa poupança entre 35 a 40% na fatura de energia. Aditou que, no conjunto de projetos que foram elencados no “Portugal 2020” e no que diz respeito à eficiência energética para iluminação, estando presentes cerca de um milhão de euros para esta candidatura e também um projeto que poderá ser algo inovador, também no que à iluminação pública diz respeito.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei a favor pelo rigor do documento e por ter sido respondido que vamos fazer, a Desmor e a Câmara todo o possível para que a água e a sua discriminação e quantificação e a eletricidade não sejam um alvo para os críticos do funcionamento da Desmor. Para o ano espero poder aprovar sem esta declaração de voto.”-----

----- Declaração de Voto da **Presidente da Câmara** subscrita pelos Vereadores **Carlos Fernando Frazão Correia, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Perante este Orçamento da Desmor, em meu nome e em nome da Câmara Municipal, um agradecimento à Dra. Diva e a todos os colaboradores da Desmor e desejar que este orçamento seja uma realidade. Um agradecimento também, como é habitual, pela forma como recebem os vossos clientes e como desenvolvem a

atividade na área do desporto no nosso concelho.”-----

----- **PONTO III – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2016 – DESMOR, E.M.S.A.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a Câmara Municipal deliberou, em face do proposto e nos termos do artigo 26º do Estatutos da Desmor, EM, SA conjugado com o artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato programa para o ano de 2016 a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** subscrita pelos Vereadores **Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Carlos Frazão e Presidente da Câmara**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente este Contrato-Programa porque ele traduz o pagamento que a Câmara Municipal de Rio Maior vai fazer pela prestação social que a empresa faz aos diversos utentes.”-----

----- Declaração de Voto da **Presidente da Câmara** subscrita pelos Vereadores **Carlos Fernando Frazão Correia, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra:-----

----- “Perante este Contrato-Programa da Desmor, em meu nome e em nome da Câmara Municipal, um agradecimento à Dra. Diva e a todos os colaboradores da Desmor. Um agradecimento também, como é habitual, pela forma como recebem os vossos clientes e como desenvolvem a atividade na área do desporto no nosso concelho.”-----

----- **PONTO IV – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2016 DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a Câmara Municipal deliberou, em face do disposto no artigo 42º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto e do n.º 2 do artigo 26º e do artigo 27º dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, aprovar os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2016 apresentados pela Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se que os documentos da Escola Profissional de Rio Maior sejam de

leitura acessível, fácil e muito objetivos, contudo não conseguira entender como, no ponto 2.2., no período de setembro a dezembro, “dar-se-á início à formação 2016/2019 para a qual a Escola Profissional prevê candidatar-se a três novos cursos profissionais de nível 4”, questionando quais são os cursos.-----

----- Registou a transparência, o rigor e bastante cuidado relativamente ao orçamento de rendimentos com um milhão, seiscentos e quarenta e um mil euros, valores que considerou bastante significativos, sendo que a prestação de serviços, o aluguer das salas, é uma verba irrisória, assim como as vendas e provavelmente também a Escola Profissional de Rio Maior terá de iniciar um outro ciclo de prestação de serviços quer no aluguer das salas, quer nos valores cobrados aos alunos, salientando que esta Escola Profissional também é um centro de excelência e indicou o sentido de voto como favorável.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou o Conselho de Gerência da Escola Profissional de Rio Maior e todos os intervenientes neste processo por mais este Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis. Salientou que esta também era uma empresa da qual todos se orgulham, e que leva bem longe o nome de Rio Maior, pela excelência. Felicitou, mais uma vez, todos os intervenientes no processo e agradecer toda a atenção e empenho na continuidade deste nome e do Concelho de Rio Maior.-----

----- **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA ESCOLA PROFISSIONAL – BENTES DA SILVA** -----

----- Relativamente ao número de cursos informou tratar-se de quatro cursos mas definir quais é um critério do Conselho de Gerência da Escola Profissional de Rio Maior que é composto pela Câmara Municipal, Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e pela Associação dos Produtores Agrícolas, acrescentando que o próprio Ministério da Educação tem vindo a identificar quais os cursos que são prioritários, criando-se uma figura que é o chamado “semáforo”. Aditou que a Escola Profissional de Rio Maior incide a sua prioridade nos cursos da componente oficial, daí ter investido nas oficinas que tem. A escola apresenta o maior orçamento de sempre, fruto dos doze cursos existentes, com cerca de um milhão seiscentos mil euros investidos na economia local e enquanto a escola existir e enquanto houver fundos comunitários, estes devem ser aproveitados.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto da **Presidente da Câmara** subscrita pelos Vereadores **Carlos Fernando Frazão Correia, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra:-----

----- “Destaco que um dos cursos da Escola Profissional de Rio Maior, o de Saúde, foi alvo da promoção do “Portugal 2020” no que respeita à promoção da valorização do Capital Humano, o que é um orgulho para todos. É também um motivo de orgulho a Tutela reconhecer à Escola Profissional de Rio Maior a capacidade de poder ser um exemplo na promoção do “Portugal 2020” no que diz respeito à formação, capacitação e valorização do capital humano.-----

Transmitir também ao Dr. Bentes da Silva, ao Vereador Lopes Candoso, enquanto presidente do Conselho de Gerência, assim como aos respetivos parceiros – Associação Comercial e Industrial do Concelho de Rio Maior e Associação dos Produtores Agrícolas do Concelho de Rio Maior, o reconhecimento da Câmara Municipal pelo trabalho que tem sido feito na Escola Profissional de Rio Maior.”-----

----- (Vereador João António Lopes Candoso voltou à Sala de Reuniões)-----

----- **PONTO V – TAXA MUNICIPAL DIREITOS DE PASSAGEM**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei 127/2015 de 3 de Setembro e da alínea b) do nº 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propor à Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% para o ano de 2016. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre o ponto em discussão opinou que a taxa era injusta e salientou que a CMRM não a aplicou para não sobrecarregar mais os munícipes e opinou que quando se falou em reivindicar e assentar isso na exigência, mais tarde ou mais cedo reflete-se positivamente, quer dizer que isso é ser marxista, ou seja quando se interioriza o que se diz, significa que é sentida pelas pessoas, indicou o sentido de voto como favorável porque finalmente vira concretizado o seu desejo marxista de alterar esta Lei.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque o município tem de aumentar a sua receita com a cobrança de impostos, sendo que esta situação não se vai refletir sobre os munícipes, mas sim sobre as empresas operadoras.”-----

----- **PONTO VI – TAXA DE PUBLICIDADE – SOCIEDADE AGRÍCOLA JOÃO TEODÓSIO MATOS BARBOSA & FILHOS, LDA.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é isentar a empresa Sociedade Agrícola João Teodósio Matos Barbosa & Filhos, Lda., do pagamento das taxas relativas ao painel publicitário colocado junto à estrada que liga Rio Maior ao Alto da Serra, no período entre abril e agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - FATURA DA ÁGUA – MARIA JOSÉ NOBRE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido de pagamento de faturação de água em 4 prestações, no valor total de 423,39 €, sendo Novembro/2015, Dezembro/2015 e Janeiro/2016, o valor de 105,85 € e Fevereiro/2016, o valor de 105,84 €. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR - REVISÃO DE PREÇOS DE OUTUBRO DE 2014 A JULHO DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o compromisso, e consequente pagamento, da fatura número 300131529, de 30/09/2015, no valor de €4.737,48, valor ao qual acresce o IVA à taxa de 6%, referente à Revisão de Preços do Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR E DO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS -**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos das disposições conjugadas dos artigos 7º, alínea a), e 10º, n.º 3 e 4, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro: 1. extinguir a atual Unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Turismo e Juventude; 2. alterar a Unidade Administrativa e

Recursos Humanos que passará a designar-se como Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano; 3. alterar a Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património que passará a designar-se como Unidade Financeira e Ação Social; 4. alterar a Unidade de Obras Públicas, Espaço Público, Equipamentos e Apoio às Freguesias que passará a designar-se como Unidade de Obras Públicas, Equipamentos, Apoio às Freguesias e Património Cultural; 5. alterar a Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território que passará a designar-se como Unidade de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento do Território e Espaço Público; 6. Definir as atribuições e competências das Unidades Orgânicas, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, aprovando para o efeito a alteração do Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por questionar qual o trabalho técnico que suporta a proposta apresentada; quais foram as chefias atuais envolvidos neste processo; quanto é que representa em termos financeiros esta alteração, considerando a extinção de uma unidade e do ponto de vista da eficácia, que estudos a suportam.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou tratar-se de uma proposta assinada por si conforme a Lei prevê, mas trata-se de uma proposta conjunta e houve reuniões com todos os Chefes de Unidade, Técnicos e Coordenadoras, que irão ser afetados por esta reestruturação, os quais foram informados e muitos deles colaboraram na elaboração da proposta. A reestruturação é feita em função da agilidade dos serviços e não a pensar em pessoas, sabendo que todas estas áreas ficarão sob a tutela de dirigentes, representando responsabilidades acrescidas para os coordenadores de cada uma das áreas.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Disse que lendo a proposta ficava sem perceber qual o objetivo da decisão, pois não compreendia esta perspetiva zigzagueante de gestão de recursos humanos, recordando a que fora feita há dois anos atrás, pois havia uma imposição nacional de eliminação de quadros dirigentes e não havendo agora essa exigência questionava qual era a fundamentação estratégica, tanto mais que do ponto de vista da gestão, quer nas organizações públicas ou não, que se esvazie os conteúdos da Unidade Orgânica da Educação e se polvorize outras áreas que nada têm a ver com esta. Questionou se do ponto de vista dos Recursos Humanos, e não conhecia nenhuma instituição em que uma área forte, um departamento na área dos recursos humanos,

abranja outras áreas temáticas, pois aquela área é transversal a todas as organizações, sendo uma área de tal modo importante e estratégico para a vitalidade de uma organização que, somar a isso outras áreas, parecia-lhe estranho. Questionou mais uma vez qual a razão desta alteração surgir agora e o que se iria ganhar com esta reestruturação, questionando também se em termos económicos essa redução era expressiva e se se justificava o ganho que daí resultava.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que em dois mil e dez se reduziu as catorze unidades existentes e questionara-se que essa alteração poderia por em causa o bom serviço público, o que não se verificou.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao Mapa de Pessoal e questionou, quanto à qualificação dos quadros da Câmara Municipal, se havia perspetivas de alargamento do quadro. Questionou também os 14 lugares cativos, nomeadamente se eram para assegurar as funções dos que estão em comissão de serviço.-----

----- Quanto a esta mudança, referiu que algumas acontecem em função das leis gerais, ou seja o PSD/CDS entendiam que a Administração Pública era despesista e nesse contexto Rio Maior tinha direito a cinco unidades, sendo que essa é apenas uma das razões, e a CDU é completamente contra, estando ainda a decorrer prerrogativas constitucionais quanto à legitimidade de ir contra a autonomia do Poder Local na área da sua própria organização interna. -----

----- Outra questão é ter sido criado há anos um sistema de avaliação integrado da Administração Pública - Siadap1- Siadap2 e Siadap3 e solicitou informação sobre a avaliação destes quadros, questionando o que não funcionou, se a avaliação do individuo, do técnico ou da estrutura, algo que era preciso perceber, ou seja se era uma questão individual, relacional ou estrutural sendo todos estes dados que são precisos para se fazer um juízo em justo, estando-se a falar de seres humanos e também das instituições que eles representam. Salientou a importância desta matéria e referiu que os documentos que foram apresentados cumprem a regulamentação, ou seja não existem dúvidas quanto a isso. Disse ainda haver estruturas que mesmo com os técnicos que tem são ingovernáveis, face aos respetivos conteúdos funcionais e deu o exemplo da Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano, salientando que este último aspeto era tudo e se for devidamente analisado o número de alinhas que lhe é adstrita, é uma brutalidade. Disse não estar a duvidar de quem pode vir a ficar com a responsabilidade máxima, mas questionava também qual era a sua durabilidade, considerando que quando se apresenta uma proposta destas o intuito é melhorar e referiu que não via os “índices de eficácia e eficiência”

que eram referenciados onze vezes no texto e questionou qual era o padrão. Salientou que este tipo de discussão exige que em tempos futuros a oposição para poder ter outro tipo de informação deve ter mais tempo para análise e pelo que era apresentado iria votar contra. Questionou quais os valores que estavam em causa e precisava de ter dados reais para a eficácia e esta sua preocupação, estava relacionada (não se está no tempo dos orçamentos de quarenta milhões) com um novo paradigma que é a CMRM e os seus quadros, a direção política da maioria, ter que híper rentabilizar, no plano do concreto, o número de quadros que tem, nomeadamente fazendo administração direta de projetos, ou não, evitando a externalização, que ronda os oito milhões de serviços prestados, referindo que isso não estava escrito. -----

----- Frisou tratar-se de um tema riquíssimo do ponto de vista do funcionamento e da capacidade de resposta aos munícipes e da aplicação de políticas públicas em concreto. Disse ainda que no documento em análise não apareciam nomes, mas todos sabiam, do ponto de vista da estrutura, que não existem estruturas sem pessoas, nem o inverso, daí que, apesar de haver uma evolução notável face à formação dos trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, sendo justo salientar o esforço de qualificação das pessoas, quer ao nível dos mestrados, quer ao nível das graduações muito mais elevadas, significando que estão reunidas condições, objetivas, para alteração desse paradigma de gestão, no âmbito da produção em todas as áreas, questionando se isso era possível com a Unidade que ali está contemplada e que já citara anteriormente.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Fez a seguinte intervenção: “Por duas vezes manifestei neste órgão a minha opinião relativamente à mega unidade agora proposta para extinção. Poderão questionar-se, então onde está a importância da Educação e da Cultura, afinal não passavam de chavões. Ora, a primordial importância da Educação mantém-se através do serviço que a suporta porquanto a Educação é atualmente, aliás como sempre foi, o fundamento de uma sociedade por percorrer todo um processo de existência do ser humano, já para não falar, e é aí que reside a importância para o desenvolvimento e formação dos indivíduos nos diferentes estádios da sua vida. É pois a Educação que compreende e interpreta as realidades, desde o possível ao real, ou seja, entende também a cultura, e estuda as técnicas. Estas dimensões para a verdadeira realização destes fundamentos exigem a absorção integral de uma organização que a ela se lhe dedique e a ela atenda.-----

----- Quanto à cultura também esta carece de maior e mais profunda atenção, porque cultura não procura resultados, não é algo de estático, não é conseguido de uma vez para sempre. A cultura é uma atividade permanente, assimilando aquisições

históricas, é a ação que o homem realiza, quer sobre o seu meio, quer sobre si mesmo, visando uma transformação para melhor. Em suma, é a Cultura que aproxima os homens numa sociedade de semelhantes, isto é para todos e qualquer. A sua abrangência de vasto e diversificado leque é o meio para a integração do homem no mundo e para o mundo e pode abrir as portas para uma sociedade mais equilibrada, consciente das diferentes realidades que a rodeia e que lhe são oferecidas. O setor da cultura não enferma do hábito, antes tem de ser dinâmica e dinamizar, fazendo dos equipamentos e espécies culturais unidades de trabalho e de vivência. Cultura além do desenvolvimento social, é também contributo para o desenvolvimento económico, não tenhamos medo da cultura. Esta reorganização em nada põe em causa os sectores funcionais dos serviços, antes pelo contrário, permitirá um melhor e mais célere desempenho pelos setores avocados”. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que esta alteração cumpre aquilo que a Assembleia Municipal autorizou. Referiu que as empresas funcionam de uma outra forma, e uma Câmara tem serviços diversificados e que não pode ser comparável a uma empresa. Disse ainda que, quando o anterior executivo fez a redução das unidades de catorze para sete, não o fez por imposição legal, analisou a estrutura da Câmara e considerou que a mesma não se justificava, sendo possível com sete unidades conseguir fazer o mesmo e de uma forma mais eficiente. Salientou que eficiência da Câmara Municipal não diminuiu, pelo contrário, aumentou a eficácia, com uma melhor ligação entre os serviços e o executivo, sendo o resultado positivo e, mais tarde quando passa para cinco, aí por imposição legal, isso também se verificou.-----

----- Aditou que o Executivo ao propor esta reestruturação, diminuindo de cinco para quatro é porque tem a consciência de que os serviços serão mais eficientes e funcionarão melhor, valorizando mais os trabalhadores e fazendo também, com que estes se sintam mais valorizados. Salientou que a distribuição proposta foi feita por blocos e considerou que a mesma aumentará a eficiência, a eficácia dos serviços, mas só o fizeram por já haver a experiência e o conhecimento profundo da estrutura. -----

----- Disse que, apesar do ganho que representa em termos financeiros, na sua opinião, isso não era o ponto mais importante, embora quando os recursos são poucos todas as verbas contam e são importantes para ajudar, por exemplo, na cultura, no desporto, na área social, no entanto não foi isso a principal motivação da reestruturação, salientando que a principal razão foi aumentar a eficiência e o Executivo pensa que em resultado da mesma, os serviços vão ficar mais eficientes e mais céleres tal como se verificou com a última reestruturação. -----

----- Terminou referindo que todas as alterações à estrutura foram sempre no sentido

da sua redução, esperando que daqui por uns anos todos considerem que valeu a pena e que os serviços estão mais eficientes e as várias áreas funcionam melhor, dado ser esse o seu principal objetivo.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que o critério que tem sido seguido foi de redução da estrutura e referiu que algumas autarquias, com uma dimensão maior não têm divisões e funcionam, nomeadamente Caldas da Rainha. Opinou que o técnico é tão importante, como outro trabalhador, todos são seres humanos, todos merecem o respeito do Executivo, todos são precisos e todos devem trabalhar em prol do município. Referiu que quando se inicia um processo de reestruturação há sempre quem discorde e nem sempre é bem aceite por todos, salientando no entanto que o intuito é sempre o de aumentar a eficácia dos serviços e nunca visando pessoas, tendo sempre como objetivo aumentar a eficácia, melhorar os serviços e dar uma resposta global de melhor qualidade. Disse também, que houve o cuidado, nesta reestruturação, de alterar as diferentes áreas, por blocos, de modo a não fraturar as áreas que funcionavam.-----

----- Disse ainda que, na sua opinião se devia ter avançado para uma redução ainda maior das divisões, referindo que das várias reuniões de trabalho realizadas, não só entre o Executivo como também com os trabalhadores, verificaram-se reações diferentes por parte das pessoas envolvidas, salientando que o Executivo está sempre disponível para analisar a decisão tomada, referindo que na opinião da maioria foi a decisão correta e que tem por fim aumentar a eficácia, a eficiência e acima de tudo dar uma resposta rápida aos problemas levantados. Lembrou a questão da Ação Social e Cultura, áreas de que pouco se falava há uns anos atrás e que surgem agora com outra dimensão, dando o exemplo do Cineteatro.-----

----- Opinou que, aqueles que trabalham no município, independentemente de concordarem ou não com as reestruturações, usufruem sempre do reflexo das mesmas. Informou que vai surgir a figura dos coordenadores que serão exercidas por técnicos superiores, com áreas perfeitamente definidas o que irá facilitar o relacionamento entre o Executivo, chefes de divisão, coordenadores e técnicos.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que o Vereador Carlos Frazão colocara toda a sua argumentação com base em dados que levaram a esta conclusão, questionando onde estavam os mesmos. Questionou ainda se eram dados empíricos ou se resultavam de algum trabalho, resposta que considerava decisiva, no sentido que os argumentos usados visavam aumentar a eficiência, o valor da proximidade e a rapidez da resposta, bem como o relacionamento, algo que considerava de extrema importância e que pode ser estruturante, mas não tinha acesso a esses dados,

Questionou também o que levava a esta proposta e analisando, pelo absurdo, pois eram catorze e passaram para sete, de sete para cinco, agora propõem quatro e o Vice-Presidente reduzia mais uma e até já se falou na Câmara Municipal de Caldas da Rainha que não tinha nenhuma. Qualquer dia não é preciso nada, ou seja não havendo instituições perfeitas, mas considerando a importância da cultura, da educação, já para não falar de áreas de que ainda não se fala muito, ou seja da necessidade de comunicação em termos de imagem e valorização das potencialidades do Concelho de Rio Maior, irão exigir nos tempos próximos pessoal altamente especializado, daí considerar a necessidade de haver reestruturação, mas nunca para criar cerca de setenta conteúdos funcionais.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Referiu que estava agendado para discussão o Siadap1 – Avaliação de Desempenho das Unidades Orgânicas de dois mil e catorze, sendo que a respeitante a dois mil e quinze será apresentada oportunamente, nos termos da legislação aplicável. Referiu a propósito que uma unidade pode ter uma boa avaliação e em termos de estrutura global, não funcionar e o Executivo concluir que alterando a estrutura ela se torne mais eficiente. Poderão existir determinadas estruturas que funcionando bem, na sua interligação com as restantes não funcionem, até devido à sua dimensão. Frisou que a avaliação da estrutura, com base na experiência anterior da redução e do aumento da eficiência, resultam nos benefícios que já foram explanados anteriormente.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra, salientou que todas as pessoas, sem exceção, desde que cumpram os requisitos podem concorrer a um determinado concurso, algo transversal para todos, e há medida que vai surgindo um conhecimento da estrutura existente, surgem dois fatores fundamentais, o relacionamento que tem de ser transversal entre todos os elementos do executivo, chefes de divisão, técnicos superiores e todos os trabalhadores. A outra questão, importantíssima, é a responsabilidade, pois quando se é eleito ou quando se é nomeado dirigente, todos têm que assumir as responsabilidades inerentes. Disse também que estão conscientes que nem todas as pessoas têm perfil para serem dirigentes e referiu que todo este processo não tem como objetivo perseguir alguém, tratando-se apenas do entendimento do Executivo de que para que haja uma maior eficiência, eficácia e relacionamento, uma estrutura quando mais pequena for, mais eficiente se torna e mais fácil é conjugar todos os esforços.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que depois de ouvir todas as explicações dadas continuava a não ter

resposta para as questões que apresentara e consoante ouvia as explicações e analisava os documentos, cada vez estava mais convencido de que não era esta a forma de trabalhar, pois trata-se de um documento muito importante e não apenas da extinção de uma unidade, é reestruturar tudo, é toda a estrutura de funcionamento da Câmara Municipal que está em questão. Lembrou que quando se alterou por imperativo legal, dado a forma abusiva como o governo interveio nos municípios, foi apresentado um trabalho técnico, com o qual se podia concordar ou não, o que não acontece com esta alteração. Opinou que estas alterações deviam ser muito ponderadas e discutidas, alínea a alínea, verificando cada uma das responsabilidades das respetivas áreas, pois verifica-se também algumas repetições, questionando, por exemplo a quem cabia a responsabilidade da Ação Social. Referiu haver uma série de lacunas num documento que devia ser debatido, com a realização de reuniões continuas e afirmou não dispor de uma base técnica que fundamente o documento, apesar de acreditar na intuição das pessoas e na honestidade processual, mas não podia avaliar uma matéria que não tinha a garantia que funcionasse, pois interfere com pessoas e, na sua opinião estas são o mais importante e representam a essência das organizações, pois têm que dar resposta de eficiência aos munícipes.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra salientou o quanto valorizava os recursos humanos de uma instituição, no entanto salientou que na reestruturação que ocorreu em dois mil e treze não houve qualquer estudo adicional, foi feita com base na legislação, redistribuindo pelas unidades as outras duas que existiam, esclarecendo que quando foi feita a primeira reestruturação, reduzindo de catorze para sete unidades, o gabinete jurídico elaborou um trabalho sobre essa matéria. Informou que na atual reestruturação houve diversas reuniões com as pessoas envolvidas e opinou que a melhor garantia é a experiência e o reconhecimento do profissionalismo dos recursos humanos da autarquia.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **três votos contra** dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei contra porque não estou convencido que a extinção, acomodação ou distribuição da área da Educação, Ação Social, Desporto, Turismo e Juventude, venha contribuir para a maior eficácia e para a maior eficiência dos serviços da Câmara Municipal. Acrescento ainda que, não me foi dado, nem disponibilizado o argumentário e a análise do que levou a esta alteração.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei contra esta proposta porque os documentos que a suportam e nas informações que me foram dadas não consegui concluir que esta alteração trouxesse maior eficiência, melhor resposta aos serviços da Câmara Municipal de Rio Maior.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta reestruturação que tem por fim uma melhoria da qualidade dos serviços, eficácia na resposta atempada a todos os cidadãos e uma redução de custos.”-----

----- **PONTO X – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2016 E MAPA DE PESSOAL;**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016; Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2016, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho e ainda decidir que o montante dos encargos relativos a remunerações e aos postos de trabalho previsto no Mapa de Pessoal e para os quais se preveja recrutamento, é o que consta no orçamento municipal para o ano de 2016. -----

----- Continuando no uso da palavra a Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção: “No cumprimento dos termos legais apresentavam à Câmara Municipal e depois à Assembleia Municipal o Orçamento para 2016 e as Grandes Opções do Plano, dois documentos que são instrumentos de política e de gestão que não podem em qualquer circunstância ser desligados da realidade e do contexto político do País, salientando que a sua introdução no documento refere isso mesmo, de uma forma mais exaustiva. A situação política é de incerteza, fruto também da instabilidade política que resultou das últimas eleições legislativas e das políticas a implementar por um novo Governo que, devendo honrar os compromissos internacionais assumidos por Portugal, poderão vir a ter impactos diretos no orçamento agora apresentado. Aditou que, no entanto, apesar do rigor e contenção que norteiam o Orçamento de 2016, o Executivo deve implementar, em período de reconhecida retoma económica do País, políticas públicas que promovam o crescimento do emprego, a instalação de novas empresas, a fixação de novas famílias no concelho e o apoio às famílias com filhos a seu cargo, através da redução de isenções, da taxa de derrama, a redução da

taxa de participação do município no IRS e a adesão ao chamado IMI familiar, beneficiando inúmeros agregados familiares.”-----

Terminou referindo que estava disponível para mais alguns esclarecimentos que entendessem, deixando também um agradecimento reconhecido, quer aos Vereadores que a acompanhavam na gestão diária da Câmara, como a todos os que colaboram e contribuem em cada uma das matérias. Deixou ainda um agradecimento a todos os colaboradores que estiveram na elaboração do documento, e em dois mil e dezasseis, seguramente, que também irão dar o seu melhor na implementação do mesmo a bem dos munícipes e do município de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu haver uma desesperança na introdução do documento apresentado pela Sra. Presidente, pois costumavam ser textos de introdução de grande esperança e confiança, sendo a primeira vez em que, finalmente, a Sra. Presidente da Câmara anuncia e constata a realidade relativamente à dívida, no que respeita a dois mil e onze, ou seja quando chegaram os vinte e um milhões de euros, pois só se pode “puxar para cima “ o concelho, quando a sua dívida for inferior a dez milhões, opinando que, nessa lógica, nem os oito milhões “puxam para cima”. Aditou que encontrara uma outra desesperança que se relaciona com o problema do futuro Governo, questionando qual fora o pior Governo, o que mais cortara no Poder Local, com que Governo, particularmente, Rio Maior, se viu cerceado, com a Lei das Finanças Locais, com a redução de meios financeiros e autonomia financeira, foi com o Governo PSD-CDS. Sobre o próximo, não sabia qual seria, pois não fazia premonição, mas tinha confiança de que, pior não faria.-----

----- Referiu que num período de crise se deve ter em atenção as dificuldades que a gestão autárquica cria aos outros, nomeadamente, a diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia, sendo atualmente, cerca de metade do que eram, situação que muito o preocupava, pois na crise, a divisão das dificuldades pelos outros, também é um elemento estruturante para servir de “almofada social” e frisou a necessidade de afetar mais recursos para as Freguesias.-----

----- Referiu também o modelo de desenvolvimento proposto por este documento e manifestou preocupação em relação aos valores apresentados no que respeita às Águas do Oeste e opinou que têm de ser encontradas formas para ultrapassar esta questão, salientando o valor dos juros, que são quinhentos e setenta e dois mil euros e considerou que, em parte, a culpa é da Administração Central, mas a política fiscal que a Câmara propõem para atrair, não é, na opinião da CDU, a mais correta. Por exemplo, os direitos de passagem, é uma decisão justa e quanto ao IMI das famílias, é

uma moda, o mesmo para a derrama, referindo que a Câmara mantinha uma diferenciação substantiva relativamente ao que considerava que tinha de ser um caminho novo, ou seja não compreendia que em muitas áreas, a Câmara tivesse de contratualizar serviços sendo essa também uma forma de fazer poupanças e gerir. Aditou que não via essa esperança neste orçamento e tinha muitas dúvidas relativamente ao futuro.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por enaltecer o excelente trabalho na apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2016, deixando uma palavra de apreço a todos aqueles que o elaboraram.-----

----- Enalteceu também a clareza com que a Senhora Presidente coloca as questões, mas trata-se de um Orçamento dentro da linha daqueles que foram apresentados nos últimos anos, ou seja um Orçamento que reflete toda a força da Administração Central sobre o Poder Local, força limitativa das suas decisões, onde os autarcas tentam, minimamente sobreviver, em termos de dar resposta às solicitações dos municípios. Deixou uma palavra de reconhecimento pelo esforço feito, no sentido de tentar responder às questões que os municípios apresentam. Assim, se por um lado lhe devia dar os parabéns, porque nestes anos, de dois mil e onze, até agora, conseguiu reduzir a dívida em cerca de oito milhões de euros, dizia-lhe, também, que isso foi um imperativo que a Administração Central teve sobre o município de Rio Maior e que de alguma forma cortou o desenvolvimento do concelho, porque a dívida da autarquia era suportável, era pagável e não teria sido preciso este espartilho que tanto dificultou e dificulta a ação dos autarcas. Disse compreender as dificuldades que deve ter, quando em tempo oportuno criou o Fundo Municipal de Emergência e via a dificuldade que tem em dotar esta rubrica de forma a dar resposta, mas o dinheiro não chega para tudo e essas dificuldades têm de ser reconhecidas.-----

----- Referiu ainda, não ser este o orçamento que o PS apresentaria, pois teriam ido para a redução do IMI de uma outra forma, sendo a intenção assumida em compromisso eleitoral, de ficar nos 3,75%, o que não foi possível, pois a Câmara foi para a redução do IMI familiar, que é justo para uns e injusto para outros, opinando que a Câmara deveria ter dado um sinal para incentivar as empresas e as pessoas a fixarem-se e lamentou que isso não tivesse sido feito.-----

----- Também manifestou preocupação sobre a transferência de verbas para as freguesias para as quais o ano de dois mil e quinze foi complicado e disse não ver neste orçamento perspectivas de melhorias significativas para o próximo ano. -----

----- Abordou a questão do novo tarifário da água o qual está ligado à necessidade de investimentos e assumira esse compromisso com os municípios, salientando que os

valores constantes no documento, na sua opinião eram insuficientes para aquilo que é necessário fazer ao nível do controle das perdas de água. -----

----- Sobre a EN114, apesar do valor simbólico apresentado, gostariam que apresentasse já uma verba definida para este investimento da máxima importância para o concelho de Rio Maior.-----

----- Terminou a intervenção referindo esperar que o desbloquear dos Fundos Comunitários, o empenho dos autarcas e dos serviços permitam otimizar este orçamento. Indicou o sentido de voto como abstenção, para dar o benefício da dúvida.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que o orçamento é um instrumento fundamental para a gestão de uma Câmara Municipal e salientou que o mesmo vem na linha do apresentado no ano anterior, tendo um aumento de cerca de seiscentos mil euros em relação ao do ano transato, dado que deixou de ser possível o empolamento dos orçamentos.-----

----- Sobre a dívida disse que a mesma representa ainda mais de dez por cento do orçamento da Câmara Municipal e tem um valor, entre amortização de capital e juros, de mais de dois milhões e cem mil euros, referindo que se tivesse sido sempre permitido que ao amortizar se aumentasse a dívida, provavelmente, com o orçamento de vinte milhões, dificilmente se conseguiria amortizar e se atualmente já existe alguma dificuldade, mais difícil seria dado a conjuntura existente. Frisou que a amortização da dívida foi fundamental, pois a Câmara Municipal com este nível de orçamento e com esta conjuntura não suporta dívidas superiores a oito/dez milhões de euros e toda a dívida superior ao referido tornar-se-ia extremamente difícil de gerir e de pagar.-----

----- Disse também que, apesar de já se notarem sinais de retoma económica é um orçamento que permite à Câmara Municipal continuar todas as suas atividades nas áreas da cultura, juventude, desporto e apoio social.-----

----- Salientou também que este orçamento vai ao encontro do programa eleitoral apresentado pela maioria e que foi sufragado pelos riomaiorenses, salientando a redução de impostos que está prevista no mesmo e que pela primeira vez, em muitos anos, os riomaiorenses vão ter uma redução de impostos, nomeadamente o IMI que tem como objetivo, o incentivo ao aumento da natalidade, que é necessário implementar. Também a derrama pela primeira vez, e também de acordo com o programa eleitoral apresentado, permite fomentar o desenvolvimento económico do concelho e aumentar o emprego, assim como há uma diminuição ao nível do IRS, tratando-se de pequenos sinais no sentido de aliviar a sobrecarga de impostos sobre

as famílias. Salientou o aspeto político desta redução de imposto que está refletida no orçamento da Câmara Municipal. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu ser uma grande lacuna do Poder Central, a obrigatoriedade da Câmara Municipal em ter o orçamento aprovado até 31 de outubro e depois a Assembleia Municipal tem prazo até 31 de dezembro para o apreciar. Disse também que os orçamentos são elaborados sem haver uma certeza quanto aos montantes que vão ser transferidos, tudo dependendo do orçamento que o Governo irá apresentar, trabalhando-se com uma série de dados que se desconhecem. Manifestou preocupação sobre a incerteza vivida quanto às verbas dos Fundos Comunitários, pois apresentaram intenções de candidaturas nas áreas da regeneração urbana e mobilidade e ainda não sabem como o processo se irá desenrolar. Frisou que a Câmara Municipal está a apresentar o orçamento possível com os poucos dados de que dispõem.-----

----- Referiu também que apesar de tudo as obras estão a decorrer no Arco da Memória, Vila da Marmeleira, entre outras, o que na sua opinião representava um risco acrescido para o Executivo, dado todas as incertezas já referidas. -----

----- Sobre a questão da água manifestou preocupação quanto às perdas e referiu que estão a envidar esforços no sentido de conseguir que as mesmas diminuam. Salientou que estavam conscientes das dificuldades que todos atravessam e opinou que quando se fala no aumento da água, as pessoas deviam ter a hombridade de dizer que o aumento não se verificou só na água, mas também no saneamento e resíduos sólidos e referiu que determinados partidos eram peritos na desinformação.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que concordava em cinquenta por cento com as palavras do Vereador Carlos Nazaré, pois realmente existe uma legislação no que respeita à Lei dos Compromissos que dificulta a ação, mas por exemplo, a Câmara continua a apostar numa Educação de excelência, mantendo todos os programas e atividades, assim como na questão da Saúde que não sendo uma competência da autarquia, acabaram por intervir diretamente e minimizar o problema. No que respeita aos eventos de promulgação, divulgação do concelho de Rio Maior continua a manter-se a excelência e a qualidade dos mesmos. Sobre a questão das infraestruturas da água referiu os muitos anos em que não se investiu nas mesmas, estando agora a ser feito.-----

----- Salientou também que o único empréstimo que fizeram foi o PAEL a médio e longo prazo, cerca de oitocentos mil euros e recordou que dez por cento do orçamento municipal é para os encargos com a dívida, cerca de dois milhões de euros anuais. Referiu ainda, que, a trinta e um de dezembro deste ano, a dívida será de doze

milhões vírgula sete, verificando-se uma redução de oito vírgula três milhões de euros, em cinco anos.-----

----- Referiu as várias situações que podem intervir com o orçamento municipal, nomeadamente a reposição de vencimentos, a indefinição das verbas a transferir por parte da Administração Central, bem como a transferência de competências para as Autarquias Locais, salientando que a responsabilidade do Executivo é sempre de trabalhar em prol dos munícipes e do concelho de Rio Maior.-----

----- Sobre as transferências para as Juntas de Freguesia congratulou-se por se conseguir transferir em duodécimos para que estas possam saber com o que contam e também para não se repetir o que aconteceu em dois mil e catorze, em que se pagou tudo de uma só vez o que é também extremamente difícil para a autarquia.-----

----- Finalizou congratulando-se com a redução da dívida, esperando que, assim, num futuro, se possa aliviar a carga fiscal dos munícipes, afirmando que os pontos seguintes refletem essa redução no orçamento de dois mil e dezasseis.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **duas abstenções** dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto e um **voto contra** do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

-----“Votei contra este orçamento porque ele consagra o aumento dos impostos indiretos no valor de 43,5%, taxas, multas e outras penalidades, em 47,61% e transfere poucas verbas para as freguesias e ainda estou convencido que mesmo com o encargo resultante de anteriores gestões, porque a culpa do estado a que chegámos não é apenas das políticas do Governo, também tem a ver com as políticas governativas, são um garrote para Rio Maior. É preciso “puxar para cima”, criar em Rio Maior, outra política de atratividade para podermos ter outras fontes de receita. É nessa perspetiva que votei.”-----

----- Declaração de Voto da **Presidente da Câmara**, subscrita pelos Vereadores **Carlos Fernando Frazão Correia e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Este não era o Orçamento que eu teria gosto em trazer e espero que um dia isso possa acontecer, se não for comigo, que seja com quem vier atrás, na gestão desta Autarquia, para que possa usufruir de toda esta gestão e de todo este empenho e dedicação que nós vamos tendo, para que nada falte no nosso Concelho, para que tenhamos o melhor para o Concelho e para os nossos munícipes.-----

----- Aos Senhores Vereadores, compreendo perfeitamente o sentido de voto que

fizeram, mas que colaborem connosco e deixem-nos trabalhar.”-----

----- **PONTO XI – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – ANO 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal:-----

1.Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;-----

2.Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;-----

3.Que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;-----

4.Que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2016, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2;-----

5.Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **uma abstenção** do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “A abstenção porque acho que a Lei dos Compromissos é injusta e não estamos de acordo com ela.”-----

----- PONTO XII – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOUREARIA NO ANO 2016-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, face à informação prestada e atendendo às condições praticadas pelas instituições de crédito consultadas, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para a contração de empréstimo de curto prazo, para o ano de 2016, até ao montante de 900.000,00€, com prazo até 31 de dezembro do mesmo ano.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **uma abstenção** do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelos **Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque é importante dotar a Câmara deste meio de gestão financeira.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

---- “Eu abstenho-me porque é um método de gestão, é necessário para fazer face às dificuldades e em particular para as Juntas de Freguesia, mas não é uma forma de gestão que qualquer Presidente de Câmara gostasse ter que fazer.”-----

----- PONTO XIII – LANÇAMENTO DE TAXA DE IMI – 2015 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis em todo o concelho: Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,4%; Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista nos n.ºs 6, 7 e 12 do artigo 112.º do CIMI e ainda, propor a redução da taxa do IMI aos sujeitos passivos cujo o agregado familiar seja integrado por 1 ou mais dependentes, abrangendo o prédio destinado a habitação própria e permanente que seja coincidente com o domicílio fiscal do respectivo titular, nas seguintes percentagens: 1 dependente - 5%; 2 dependentes – 10%; Igual ou superior a

3 dependentes – 15%. -----

----- A Presidente da Câmara sobre o IMI familiar disse ainda, tratar-se de uma medida de apoio às famílias, pois como sabiam os nascimentos não têm sido o suficiente para combater a inversão da pirâmide demográfica e Rio Maior também sofre desse problema de envelhecimento populacional. Disse ainda que a Câmara decidiu aplicar esta proposta, para de certa forma compensar as famílias que têm filhos a cargo, entendendo-se a aplicação desta taxa como uma discriminação positiva para com esses casais. Salientou também que as taxas aplicadas foram proporcionais ao número de dependentes e dentro dos limites legais estabelecidos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

---- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu reconhecer o esforço da Câmara em reduzir o IMI relativamente ao agregado familiar, no entanto entendia que se poderia ter ido mais longe sem prejuízo da receita que tem a receber, pois nesta majoração de trinta por cento da taxa aplicável aos prédios urbanos de gradados, e possivelmente uma aplicação em pleno deste processo dava para reduzir o IMI, para fazer justiça social e tínhamos o concelho mais bonito, pois se as pessoas sentissem que de facto, estavam a ser penalizadas por terem os prédios degradados teriam outra atitude, promovendo assim a construção civil, a venda de materiais e outras áreas ou em alternativa seriam demolidos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que o número de agregados familiares com um dependente são mil e vinte cinco; dois dependentes seiscentos e sessenta e dois e três ou mais dependentes cento e seis. Informou também que, caso tivessem ido para as taxas máximas, que seriam de dez, quinze e vinte por cento, isso rondaria os quarenta e quatro mil euros.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que os serviços municipais já informaram a Autoridade Tributária do número de prédios degradados existentes no Concelho de Rio Maior. Informou também que são cerca de mil e quinhentos prédios degradados.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ser um sinal pouco significativo porque as receitas do IMI até outubro, comparativamente com o ano anterior, tinham aumentado e opinou que a opção devia ser a redução para todos, porque isto significa que têm casa própria e não há um tratamento igual, daí considerar que a discriminação, dita positiva, nem tem uma razão muito sustentável em Rio Maior. Disse ainda que, a maior preocupação, era o facto do IMI não ser um fator de atração e deu o exemplo de Boticas e Peniche, apesar deste

concelho ter um outro contexto, conseguiu que num ano se instalassem cinquenta empresas. Disse que iria votar contra.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Questionou que, caso a proposta não fosse no sentido de aderir ao IMI familiar, provavelmente estariam, politicamente, a lamentar a situação, pelo que considerava que a medida apresentada, fundamentalmente de incentivo à natalidade, mas que também vai atingir muitas famílias que têm dificuldades sociais. Disse ainda que a proposta dos serviços apresentada à Senhora Presidente foi de 0,5%, pois da análise que fizeram consideraram que a Câmara Municipal precisava de ter o IMI no máximo e a proposta apresentada e que está em discussão foi de 0,4%, por vontade política da Senhora Presidente, tendo em conta as dificuldades das famílias. Referiu haver muitas pessoas que têm habitação e que têm dois ou três filhos, mas que sentem muitas dificuldades e esta medida, uma redução de impostos, pela primeira vez apresentada, é um incentivo à natalidade.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Finalizou este assunto referindo tratar-se de um sinal de incentivo, sendo certo que os serviços propuseram 0,5%, e avançara com 0,4%, considerando que as famílias que pretendem aumentar o agregado familiar, por vezes têm de mudar de casa e esta medida vai nesse sentido. Referiu ainda, que, nem todas as pessoas que vão comprar casa se informam sobre qual a taxa de IMI praticada no respetivo concelho, opinião corroborada por um agente imobiliário com quem abordara esta matéria.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **três votos contra** dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO XIV – LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2015; conceder isenção total de derrama às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação; conceder isenção total de derrama às empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ que, durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

----- Sobre este ponto referiu que a derrama é um imposto aplicado ao lucro tributável

das empresas e que a descida da taxa para 1,3% e, em conjunto com as isenções para a instalação em Rio Maior da rede social e criação de postos de trabalho pretendem atingir os seguintes objetivos: instalação de novas empresas no concelho e a criação de novos postos de trabalho, sendo esta uma das grandes preocupações do Executivo. Disse ainda que as verbas que a autarquia deixa de auferir, provenientes deste imposto cobrado às empresas, são investidas na contribuição para a redução do emprego e para a atração de novas empresas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável dado tratar-se de um pequeno sinal objetivo, pois a quantidade de empresas que não têm sede social no concelho de Rio Maior, se pudessem transferir parte da sua sede social para o concelho seria um elemento estruturante e extremamente valioso no que respeita até à responsabilidade social das empresas. Como este valor é coletável sobre o rendimento, admirara-se, mas via isso positivamente, que baixasse, o que representa uma tentativa de chamar mais empresas para assim conseguir ter emprego, vida económica e lucro, o que representa melhor qualidade de vida e mais rendimento, sendo nesta lógica, integrada, de política fiscal acolhedora e estimuladora que deve ser encontrada a solução.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Opinou tratar-se de um importante sinal, pois as empresas quando se instalam perguntam qual o valor da derrama, no entanto considerava tratar-se, de um pequeno passo, embora tenha melhorado comparando com o ano anterior.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Dizer que é sempre agradável falar de propostas que representam redução de taxas e mais uma vez o Executivo foi mais longe em relação à proposta apresentada pelos serviços. Disse que há muitos anos que a taxa era mantida, pois não fora ainda possível alterar a mesma, frisando que foi este Executivo que propõem à Câmara a passagem da Derrama para 1,3%, sendo um sinal muito favorável que apresentavam, visando a instalação de empresas e criação de emprego e também se trata de uma medida apresentado no programa eleitoral da maioria. Trata-se também de uma medida para as empresas já instaladas e que têm um volume de negócios abaixo de cento e cinquenta mil euros.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com **duas abstenções** dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- **PONTO XV – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de participação de 4,8% sobre o IRS, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.-----

----- A Presidente sobre esta matéria disse ainda que a ligeira redução da participação variável no IRS, para 4,8%, pois sempre fora 5%, é um sinal que querem dar aos riomaiorenses no sentido de desonerar, progressivamente, os impostos no futuro. Referiu ser também uma forma de aligeirar a carga fiscal que recai sobre as famílias e espera que permita o desagravamento fiscal aos cidadãos residentes no concelho e que possibilite um aumento do rendimento disponível das famílias, sem comprometer as receitas necessárias para o funcionamento do município.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu tratar-se de um sinal muitíssimo pequeno.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que também neste ponto a Senhora Presidente na proposta que apresenta à Câmara mais uma vez reduz o valor proposto pelos serviços e opinou tratar-se de um sinal para os riomaiorenses, de que a Câmara quer aliviar a carga fiscal. Salientou que esta não era uma medida isolada, pois junta-se às outras medidas de redução de taxas, já apresentadas, Trata-se de um ato de gestão responsável que não poem em causa a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **três abstenções**, dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelos **Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:--

----- “Votamos na abstenção neste ponto porque embora o município tenha dado um sinal, ele é insignificante, tanto mais que de dois mil e treze para dois mil e quinze a subida do IRS, até trinta de outubro, é de quatrocentos e setenta e cinco mil euros para quinhentos e vinte e cinco mil euros. Portanto poderíamos ter ido mais longe.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereadora Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente os pontos décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto, porque mais que um sinal relativamente à diminuição dos impostos a pagar por todos os Riomaiorenses, demonstra que as contas da Câmara começam a estar mais equilibradas, independentemente dos cortes que tem havido do Poder Central, e permitem este sinal.”-----

----- (Entre as dezoito horas e dez minutos e as dezoito horas e vinte minutos foi feito um intervalo)-----

----- **PONTO XVI – DEPOMOR - PARQUE DE NEGÓCIOS DE RIO MAIOR – PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO DO TERRENO** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **PONTO XVII – PROPOSTA DE REVISÃO DO ZONAMENTO – ARTIGO 62º DO CIMI** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos do ofício referência 353 da Autoridade Tributária de 14 de outubro e informação do Chefe da UFCAP de 27 de outubro, concordar com a proposta de revisão do zonamento prevista no artigo 62º do CIMI, para o concelho de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVIII – MX TOUR INTERNACIONAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO MOTO CLUBE DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio ao Moto Clube de Rio Maior, no montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), nos termos da informação nº 3/UEASCDJ/2015, datada de 21 de outubro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIX – INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO PROFESSOR ALBINO MARIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio financeiro à Escola Superior de Desporto de Rio Maior no montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), no âmbito do Prémio Albino Maria de Investigação e Desenvolvimento em Gestão do Desporto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a atribuição deste prémio para o desporto era o mínimo que se podia fazer e gostaria que em relação ao Albino Maria e aos exemplos similares existentes, pudessem ter outra divulgação. Provavelmente ainda não se percebeu bem a sua importância ao nível do trabalho desenvolvido quer como treinador, quer como professor e como responsável da Desmor e do Centro de Estágio, referindo que muito

do que se faz, atualmente, em Portugal no que respeita à valorização da prática da educação física ao nível do 1º ciclo, assim como a estimulação precoce e o desporto para todos, têm o cunho indelével do Albino Maria e muitos dos Riomaiorenses e também dos habitantes do seu próprio concelho ou distrito, não se apercebem da dimensão científica, pedagógica e humana de Albino Maria.-----

----- Terminou sugerindo ao executivo que se estudasse a forma de democratizar estes valores que fazem a “nossa própria história”, pois o Albino Maria será sempre, enquanto dirigente associativo e professor um elemento marcante da sua formação enquanto cidadão e não se deve ficar apenas por este prémio, havendo que investir mais nos seus conteúdos e no valor da sua vida.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse subscrever tudo o que fora dito pelo Vereador Augusto Figueiredo sobre Albino Maria. Referiu que tivera o privilégio de trabalhar com ele durante muitos anos e também, responsabilidades, dado a amizade que os unia, na sua vinda para Rio Maior. Opinou que, atualmente, muito do que Rio Maior é, ao nível do Desporto, para além do Dr. Silvino Sequeira, tem também a marca, o empenho e o saber do Dr. Albino Maria. Disse ainda, que, independentemente, da notoriedade que estes prémios tenham e da publicidade que deve ser dada, opinou que haveria condições para fazer em Rio Maior, para memória futura, um apontamento sobre o trabalho desenvolvido, na Câmara Municipal de Rio Maior, no Jamor, não esquecendo todas as publicações e investigações que fez, o que constituiria uma justa homenagem a tanta dedicação e empenho demonstrado e que tivera o privilégio de testemunhar.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Manifestou a sua concordância com as palavras proferidas salientando a importância e o contributo que Albino Maria deu, a nível nacional, ao desporto escolar e salientou que este prémio já tinha alguns anos e era atribuído também em articulação com a Câmara Municipal de Santarém.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XX – PALMEIRAS NA RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS – AUTORIZAÇÃO PARA ABATE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o abate das três palmeiras existentes na Rua Almirante Cândido dos Reis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou que o documento de suporte da decisão fosse divulgado não só online, mas também na Comunicação Social porque estes exemplos dos estudos efetuados

evidenciam qualquer argumento respeitável, de se poder considerar que aquela zona perde a sua memória futura. Assim, sugeriu que aquele espaço fosse alvo de uma intervenção para memória futura e que os artistas e as pessoas que o queiram fazer, pudessem participar com ideias para aquele espaço público, considerando que o orçamento participativo dos jovens poderia ser ali aplicado. Frisou que o espaço público devia ser devolvido aos munícipes de Rio Maior para estes argumentarem o que entendessem.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Concordou que houvesse uma divulgação pública sobre tudo o que se passou com as palmeiras e que houvesse um concurso de ideias que envolvesse os riomaioreses. Solicitou também que a intervenção fosse rápida, dado que as condições climáticas podem alterar para evitar outro tipo de consequências que possam surgir. Deixou o reconhecimento aos serviços por todo o empenho demonstrado neste processo.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- No uso da palavra recordou que o município de Rio Maior fora o primeiro a comunicar à DRAPLVT o problema das palmeiras, seguindo-se todos os tratamentos que tecnicamente foram indicados.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que se colocava a questão da segurança de pessoas e bens e tinha solicitado aos serviços que, após o corte das palmeiras que obedece a um conjunto de regras previstas na legislação, que tentassem encontrar árvores de porte grande, que ali pudessem ser plantadas, evitando assim, que, em termos de impacto visual, não ficasse vazio.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXI – ACORDO DE PARCERIA ENTRE A DECATHLON E O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Acordo de Parceria, a celebrar com Decathlon Santarém nos termos propostos na informação nº 2/UEASCDTJ/SC/2015, datada de 20 de outubro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se este processo respeita o estatuto dos benefícios fiscais e também questionou a interpretação do ponto seis, alíneas a) e b), do acordo.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que este acordo de parceria estava relacionado com o Torneio das

Freguesias que em dois mil e quinze realiza a vigésima oitava edição. Disse ainda que faz parte do regulamento deste torneio a Câmara Municipal atribuir prémios monetários aos três primeiros classificados, e agora a Decathlon, através deste acordo de parceria vai doar os vales aos atletas, no valor total de mil e quinhentos euros, correspondente aos prémios do torneio anterior. Informou que o articulado do acordo foi analisado pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XXII – CERTIFICAR NATUREZA DE CAMINHO QUE ATRAVESSA PRÉDIO SITO EM ALCOBERTAS, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE ROSÁRIA MARIA CRUZ REBELO – PROCESSO Nº 227/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a estrada que atravessa os prédios rústicos inscritos na matriz sob os artigos 353, 354 e 355, todos da secção F, sitos em Vale da Vila, Cerrada e Ribeira, respetivamente, da Freguesia de Alcobertas, é do conhecimento e domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XXIII – CERTIFICAR NATUREZA DE CAMINHO QUE ATRAVESSA PRÉDIO SITO EM ASSENTIZ, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ - EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES RL - PROCESSO Nº 231/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a estrada que corta e atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 103 da secção M, sito em Pardieiro, na União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz, tem como topónimo Rua do Campo da Bola, é do conhecimento e domínio público.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XXIV – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM S. JOÃO DA RIBEIRA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S. JOÃO - EM NOME DE VERA DOS SANTOS BARREIRA - PROCESSO Nº 228/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Pomar, na União das Freguesias de S. João da Ribeira e

Ribeira de S. João, inscrito na matriz sob o artigo 39 da Secção T, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o actual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXV – CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA DE PRÉDIO SITO EM FREIRIA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOSÉ LUÍS SALGADO ANTUNES BARROSO - PROCESSO Nº 234/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXVI – ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – ANO LETIVO 2015/2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é apoiar os alunos constantes na lista anexa à informação n.º 48/SUASE/2015 referente à atribuição de suplemento alimentar (lanches), no âmbito da ação social escolar. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável afirmando que este assunto era revelador da situação do País real. Referiu que esta atribuição de suplementos alimentares tem vindo a aumentar e abrangem os Agrupamentos de Escolas das Marinhas de Sal e Fernando Casimiro, representando as dificuldades objetivas que se encontram na sociedade portuguesa. Congratulou-se por participar nesta decisão, sendo que a mesma devia ser uma competência do Ministério da Educação.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO E SILVA** -----

----- Referiu que esta atribuição do suplemento alimentar é da competência da Câmara para o 1º Ciclo e Jardim de Infância. Quanto ao 2º e 3º Ciclo também têm direito a suplemento alimentar, contudo o mesmo é suportado pelos lucros da papelaria e do buffet Aditou ainda, que nem sempre, infelizmente, estes meninos são

aqueles que têm escalão A e B, são casos detetados pelos professores e nem sequer estão inscritos na ação social escolar.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que a proposta apresentada trazia o nome das crianças, sugerindo que, futuramente, fosse apresentada globalmente, com o número de crianças que vão usufruir do suplemento e o respetivo montante.-----

.----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO E SILVA** -----

----- Concordou com o Vereador Carlos Nazaré e disse que isso não era a prática habitual e nunca tinha acontecido anteriormente.-----

.----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que as intervenções anteriores fazem luz sobre a necessidade de preservar as crianças, devendo ser salvaguardado o direito de sigilo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXVII – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2015/2016 – REVISÃO AOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a Revisão para o Ano Letivo 2015/2016 dos Acordos de Colaboração, celebrados em 2008/2009 com os Agrupamentos Fernando Casimiro Pereira da Silva e Marinhas do Sal, nos termos da informação nº 49/SUASE/2015, datada de 21 de outubro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXVIII – PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE BUSTO DE HOMENAGEM A FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a implantação do busto de homenagem a Fernando Casimiro Pereira da Silva na Praça do Comércio, na cidade de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que esta personalidade tivera para si, sempre, duas virtudes, nomeadamente a sua capacidade de silêncio, pois sabia bem onde trabalhava e o tempo foi-lhe dando a possibilidade de o conhecer cada vez mais e já no final da sua vida, conseguiram estabelecer uma relação de respeito mútuo. Recordou que em determinadas circunstância fora-lhe muito facilitador, pois apesar de saber que era

comunista e militante, percebia que por trás desse militante, havia um ser humano que tinha direito a uma opção diferenciada, apesar de ter sido, durante a ditadura, da Ação Nacional Popular. Opinou que a estava numa fase da vida em que se deve ter capacidade de dar valor ao que é de valor. Lamentou não poder estar presente na homenagem que vai ser feita no dia sete de novembro a Fernando Casimiro Pereira da Silva, estando a fazer tudo para se fazer substituir, mas faria chegar à família essa justificação.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que tivera o privilégio de conhecer bem Fernando Casimiro Pereira da Silva, pois fora seu professor de Ciências da Natureza, guardando dele a melhor recordação, como professor, homem afável e amigo. Disse que também guardava uma outra memória sobre o Senhor Fernando Casimiro Pereira da Silva, esta de índole familiar, pois o seu pai como homem lutador que era, tinha sempre no Senhor Fernando Casimiro um parceiro, um amigo que nunca incomodava, que incentivava, que lhe dizia para não ir ao banco e para lhe pagar quando pudesse. Congratulou-se com esta justa homenagem e que peca por tardia, embora já houvesse a homenagem ao pedagogo, há uma escola com o seu nome, mas essa dimensão social e a importância que teve em tempos muito difíceis, ajudando muitas pessoas e empresas no concelho de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu a honra de ter sido seu aluno de Fernando Casimiro Pereira da Silva, e recordou que o seu pai também fora seu aluno. Salientou que Fernando Casimiro nunca cobrara um centavo à Câmara Municipal de Rio Maior, dado que a Escola Comercial de então, pertencia à Câmara Municipal. Disse ainda que só deixou de ser professor quando a Escola Comercial passou a ser uma dependência da escola Bordalo Pinheiro de Caldas da Rainha e teve de abandonar porque não tinha habilitações. Recordou também, que já depois de ter deixado de dar aulas, ele tinha um ritual que cumpriu durante mais de vinte anos, ou seja, comprava o jornal na “Casa dos Jornais”, subia as “Escadinhas do Encontro”, ia até à Escola Comercial e seguidamente encaminhava-se para a loja. Opinou que, independentemente, de ser do regime Salazarista, opção dele, foi uma pessoa que para além de colaborar com centenas de riomaiorenses, ele era a banca do concelho e provavelmente um terço ou mais das construções feitas no concelho de Rio Maior se devem a Fernando Casimiro Pereira da Silva. Disse também, que ele fora Presidente dos Bombeiros e Presidente da Casa do Povo, sendo que esta funcionava como a Ação Social atual, graças a ele. Lamentou que nunca quisesse escrever nada sobre tudo o que dizia da história de Rio Maior, na área do património e da cultura. Referiu que nunca é tarde para se prestar

homenagem uma justa homenagem.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que a frase que consta na parte principal do busto é precisamente “Um Homem Solidário.”-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXIX - PLACA ALUSIVA AO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DR. SILVINO SEQUEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da deliberação tomada em reunião extraordinária do executivo municipal de 18/10/1996, aprovar a localização da placa com a denominação do parque desportivo municipal na entrada para o Complexo Desportivo Rio Maior Sports Centre. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por felicitar a Senhora Presidente da Câmara por ter honrado o compromisso que assumira consigo e com o Vereador Daniel Pinto, de que seria neste 6 de Novembro que se faria a homenagem ao Dr. Silvino Sequeira.-----

----- Agradeceu também todo o empenho e acompanhamento do Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, em todo este processo. Recordou que em mil novecentos e noventa e seis a decisão foi tomada e o Dr. Carlos Frazão durante o período em que foi Presidente de Câmara pretendeu implementar e dar corpo a essa decisão, não o conseguiu fazer porque o Dr. Silvino Sequeira voltou à Câmara Municipal de Rio Maior e não se iria fazer uma homenagem quando estava nesse exercício. Referiu ainda que também o tentara fazer em dois mil e sete, quando o Dr. Silvino Sequeira estava como Gestor do Plano Operacional do Alentejo e também não tivera oportunidade para o fazer. A Dra. Cristina Silva no início do anterior mandato também lembrou à Senhora Presidente essa decisão e a maioria disse que o faria oportunamente.-----

----- Felicitou mais uma vez a Câmara porque é uma homenagem, que, independentemente de ser o cumprimento de uma formalidade já decidida na Câmara e ratificada pela Assembleia Municipal, trata-se do mínimo que se pode fazer por alguém que teve uma ideia, que persistiu nessa ideia, que conseguiu levar a bom porto uma estratégia para Rio Maior numa área em que era impensável que obtivesse sucesso, a área do desporto. Aditou que, se esse resultado que teve ao nível do desporto, não deixa de ter ao nível da estratégia montada, no ordenamento de todos os equipamentos que estão no Parque Desportivo e Escolar Municipal. Salientou que cada uma daquelas peças foram colocadas, e tivera o privilégio de acompanhar, quase como peças de lego, mas com o objetivo final de Rio Maior ter uma Escola

Superior de Desporto, que era a joia da coroa, aquilo que veio dar sustentabilidade a toda esta estratégia, a todo este ideário e a todos estes objetivos. -----

----- Disse ainda que: “Goste-se ou não se goste, mas este reconhecimento e esta homenagem dignificam quem teve a estratégia e a ousadia de ousar pensar e realizar, mas também dignifica, hoje, quem a presta, porque de facto na nossa passagem pelo Poder Local, somos sempre complemento de alguma coisa uns dos outros, e efetivamente, hoje, quando aprovamos aqui o Orçamento da Desmor, quando verificamos que infraestruturas como a Escola Profissional de Rio Maior, são peças que lá estão e que acabaram ligadas nesse processo escolar e desportivo e verificamos com agrado a passagem de atletas nacionais e internacionais, prestigiando Rio Maior e a sua passagem por aqui.”-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Fez a seguinte intervenção. “Há momentos que valem a pena para memória futura. Sobre o Dr. Silvino Sequeira muito se disse e muito se vai dizer. Eu não tive oportunidade de trabalhar com o Dr. Silvino Sequeira na qualidade de autarca, mas tive a felicidade de trabalhar como Presidente de Junta, mas mais do que isso, eu fui durante doze anos Vice-Presidente do Clube de Natação, e, se a componente estratégica de afirmação das infraestruturas foi importante, a mais importante de todas foi os resultados desportivos, porque não valia de nada muita força que se fizesse, se não se tivesse as condições de valorizar o capital humano. Recordo algumas coisas boas, mas há uma que recordo profundamente, para dar a dimensão desta justa homenagem, e até para estarmos de consciência livre, eu não tenho nada a ver com essa decisão, acho-a merecida e tardia, mas deu-nos a noção do que é um Homem que vive acima do seu tempo, além de ser “esperto que nem um alho”, mas tinha uma outra coisa que raramente nós temos, um Homem visionário. No longínquo ano de mil novecentos e noventa e um, quando fui na altura eleito pela Assembleia Municipal, no 6 de Novembro, como dirigente associativo do ano, estávamos habituados a ter na prática desportiva, praticamente só os ex-treinadores e os resultados eram “ram-ram”. Foi necessário criar condições, para trazer, com a queda do muro de Berlim, gente que tinha dezanove, oito medalhas, catorze, vinte quatro medalhas de ouro, estamos a falar de Vladimir Smirnoff e de Roneldo Vetia, no judo, estamos a falar num conjunto de pessoas, que há vinte e cinco anos atrás, em que era necessário ir a Moscovo buscar um treinador de natação, e as guerras brutais relativamente aos interesses instalados, “foi a murro”, nalguns gabinetes ministeriais que se conseguiu isto.-----

----- Ao Homem, eu tenho dito e digo sempre, enquanto Riomaioense, estou eternamente grato pelo seu empenho. Do ponto de vista político, acho que cometeu erros muito graves. Hoje, estou aqui para o elogiar enquanto visionário, é essa

dimensão que gostaria que ficasse porque o próximo século, o século que vivemos será ainda fortemente marcado pela visão de Silvino Sequeira.”-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Fez a seguinte intervenção: “ O que vou dizer é com emoção, porque na altura os Vereadores que estavam na Câmara Municipal, depois de uma conversa informal e por unanimidade, surgiu a ideia de atribuir o nome “Parque Desportivo Municipal Dr. Silvino Sequeira”. Recordo que quando a proposta foi aprovada, o que existia efetivamente no Parque Desportivo Municipal, havia a piscina de vinte e cinco metros, a piscina de cinquenta metros, descoberta e o Estádio Municipal, com as bancadas em construção, e só mais tarde é que foi concluída a pista Susana Feitor, via Clube de Natação, o que demorou muitos anos. Recordo a visita ao Centro de Estágios de Lamego, e penso que, com todo o trabalho que fez o Dr. Silvino Sequeira, nós, na nossa vida coletiva, pois nunca ninguém faz nada sozinho, tem que haver sempre um grupo de pessoas que pensam, que têm visões, que efetuam as obras e que sonham, e não podemos esquecer do Frederico Teodósio, que foi, não sendo um visionário, foi um operacional que foi responsável, desde a implantação das Piscinas, campo de futebol, entre outras situações. Também não nos podemos esquecer das pessoas que passaram pelo Clube de Natação que ao longo de anos e anos também tiveram uma colaboração direta e muito próxima com o Executivo.-----

Penso que esta placa é o cumprimento de uma deliberação de Câmara, sendo e tendo por nome “Parque Desportivo Municipal, Dr. Silvino Sequeira” reflete todos aqueles que ao longo de vinte anos trabalharam com ele diretamente, independentemente de serem técnicos, autarcas ou o cidadão comum e, obviamente, que volta a ter peso o Professor Albino Maria, o Frederico Teodósio, o Luís de Deus, o Manuel Reis, o Carlos Frazão, o Carlos Nazaré, Maria José Barra, Marília Carreira, Bernardino Morais, o Sr. Venda, Engº Claudino, Sr. Almeida, o Arqº Amorim e, com todo o respeito que me merece o Dr. Silvino Sequeira, ninguém faz nada sozinho. É uma justa homenagem.”--

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que, por coincidência, a Empresa Municipal Desmor comemora quinze anos este ano e referiu uma candidatura feita ainda dentro do âmbito do POVT, com a elaboração de um filme institucional sobre o que foram os quinze anos da Desmor, os quais são retratados em quinze minutos, considerando que o filme está fantástico.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XXX – FERIADO MUNICIPAL 6 DE NOVEMBRO – PROPOSTA DE HOMENAGEADOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de

atribuição de Medalhas Municipais de Mérito, grau ouro e prata, às pessoas individuais e coletivas que pelo seu mérito se têm distinguido em diferentes áreas, bem como a entrega de Diplomas de Mérito Desportivo à Equipa de Iniciados e Juvenis do Núcleo Sportinguista de Rio Maior e de Serviço Público aos trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior e da Empresa Municipal Desmor, E.M.S.A., que se aposentaram no ano de 2014. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXX I - PRORROGAÇÃO DE MOBILIDADE INTERNA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é emitir parecer favorável à prorrogação da mobilidade interna intercategorias da trabalhadora Helena Maria Rodrigues Mendes Veiga, que desempenha funções no Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, nos termos do artigo 51º da Lei nº 82-B/2014, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano 2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXXII – SIADAP 1 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar a avaliação das Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Rio Maior referente ao ano 2014, atribuídas pelos respetivos membros do órgão executivo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio, para dizer que ao nível da eficácia, eficiência e qualidade estava tudo positivo, ou seja no ano de dois mil e catorze, conseguiu-se que a reestruturação feita em dois mil e treze cumprisse objetivos rigorosos. Quando anteriormente colocara a questão fora porque com alterações tão profundas, muitas vezes as instituições não funcionam bem por terem tantas tarefas e esperava que a reestruturação aprovada no ano de dois mil e quinze venha também espelhado, positivamente, na avaliação, no próximo ano. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXXIII – SUMA,S.A. – FATURA Nº 3000130628, DE 29/05/15 E NOTA DE CRÉDITO Nº 3210000692, DE 31/05/2015 – FUNDOS DISPONÍVEIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da informação em apreço, autorizar o compromisso, e consequente pagamento, da fatura número 3000130628, de 29/05/2015, no valor de €4.129,79 e da nota de crédito número 3210000692, de 31/05/2015, no valor de €2.647,10, valores aos quais acresce o IVA à taxa de 6%, referentes à Revisão de Preços do Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXXIV – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ESCOLA ATIVA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração “Escola Ativa – Promoção de Atividade Física e Desportiva em contexto escolar”, com a Escola Superior de Desporto de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- No uso da palavra congratulou-se com a proposta apresentada e opinou que nos próximos tempos, iriam aproveitar esta escola para propor que na prática da Educação Física e no Desporto para Todos pudessem aparecer novos nichos de oportunidade relativamente às crianças do concelho de Rio Maior, envolvendo, nomeadamente a Federação Internacional de Desporto, através dos Jogos Tradicionais.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (Ausentou-se da Sala de Reuniões de Câmara o Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto).-----

----- **PONTO XXXV – PROTOCOLO DE PROMOÇÃO DO ENSINO ARTÍSTICO COM A ACADEMIA DE MÚSICA DE ALCobaça** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a celebração de um Protocolo de Colaboração com a Academia de Música de Alcobaça (AMA) e com o Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que seria uma competência do Ministério da Educação suportar os custos, pois foram criadas expetativas nos alunos e foram feitos horários em função da carga horária do ensino artístico. Disse também que quando se olha para as localidades vizinhas o ensino artístico existe em todas elas e deu o exemplo de Santa Catarina. Referiu que este seria o ponto de partida para a criação de uma oferta diferenciada

entre os dois agrupamentos de escolas e cada vez mais ter uma educação mais completa e virada para o futuro e onde todas as vertentes da educação são contempladas e desenvolvidas. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu estar de acordo que todas as crianças possam ter acesso ao ensino da música, salientando que a questão era como é que o Ministério da Educação trata as questões do ensino articulado e com é que se reage a essas questões, referindo os cortes significativos nesta área, apesar de para Lisboa terem sido desbloqueados doze milhões de euros, para quatro anos, destinados ao ensino artístico. Opinou que a Câmara iria abrir um precedente com este protocolo, sendo o princípio da municipalização de má qualidade, deveria haver contrapartidas financeiras, pelo que sugeria quer aos pais, quer a todos, para que se pressione como outros fizeram.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou a Câmara e a Vereadora Ana Filomena por terem concretizado este objetivo, apesar de, provavelmente, do ponto de vista das finanças municipais não ser a melhor solução, mas é a melhor solução para os alunos de Rio Maior e no próximo ano abordar-se-á o Ministério da Educação sobre as transferências de verbas para a autarquia.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Opinou que enquanto eleito local e riomaiorense tinha orgulho por alguns alunos do concelho terem acesso a esta formação, independentemente dos custos, considerando que o importante fora a Câmara assumir o encargo, os alunos terem as aulas e no próximo ano avaliar-se-á todo o processo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **uma abstenção** do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelo **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque ela visa corrigir injustiças para os alunos do concelho de Rio Maior.”-----

----- (O Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto voltou à sala de Reuniões).-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº. 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não se verificaram inscrições para intervenção.-----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram vinte horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A COORDENADORA TÉCNICA:_____